

ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA: ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES

Dienefer Moreira Campos
Cristiane Marques Sussai
Sérgio Candido de Gouveia Neto
Alexandre de Freitas Carneiro

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira tornou-se tema de discussão curricular na segunda metade da década de 1990, fruto principalmente das políticas neoliberais implantadas no âmbito educacional. Como resultado disso, o Brasil implantou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1996).

Os PCNs, como o próprio nome indica, tornou-se um referencial para as escolas e professores. Além das referenciais das disciplinas do núcleo comum do Ensino Fundamental, os PCNs têm os temas transversais, divididos em seis áreas: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural (BRASIL, 1996).

O tema transversal “Trabalho e Consumo” está num livro que contém orientações voltadas para a Educação Financeira, tais como direitos do consumidor, conhecimento sobre bancos e mercados financeiros, desigualdade social e financeira da população, entre outros.

Mais recentemente, no ano de 2010, o governo Federal instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) lançada pelo Decreto nº 7.397 (BRASIL, 2010), com objetivo de “promover a educação financeira e previdenciária em razão do impulso às políticas de inclusão social no país. A proposta é fortalecer a cidadania, oferecendo aos brasileiros noções sobre previdência e sistema financeiro” (art. 1º do nº 7.397, BRASIL, 2010). Este Decreto foi revogado no ano de 2020 e este objetivo passou a ser: “promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (BRASIL, 2020). Ou seja, foi retirado a proposta de fortalecer a cidadania e dado mais ênfase na questão fiscal.

Ainda no âmbito destas últimas mudanças, em 2017, foi lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um instrumento normativo ancorado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), que tem como objetivo “nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino

Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (BRASIL, 2017). A base tem um forte aspecto relacionada à Educação Financeira, nos componentes curriculares de Matemática, História, Geografia e Língua Portuguesa.

Como abordado acima, a BNCC é um documento que direciona os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, e isto não é diferente para o sistema escolar do Estado de Rondônia. Tanto que em 2020, foram lançadas as Diretrizes Curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia, sendo que em 2021, foram feitas as primeiras consultas públicas para elaboração do Referencial Curricular do Ensino Médio daqui. No entanto, o Estado de Rondônia ainda tem em vigor, as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio publicadas no ano de 2013. Como não houve o acesso ao novo documento, utilizou-se o referencial de 2013.

Diante deste quadro, a presente proposta de pesquisa tem a seguinte pergunta direcionadora: que relações há entre as Diretrizes Curriculares do Estado de Rondônia e os documentos nacionais (PCNs, BNCC e ENEF)? Para responder tal questão, o artigo, tem como objetivo geral, analisar as relações entre as Diretrizes Curriculares do Estado de Rondônia destinados aos ensino fundamental e médio, e os documentos nacionais (PCNs, BNCC e ENEF).

Portanto, o artigo está estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, tem-se o referencial teórico, onde é discutido a educação financeira nos documentos oficiais e alguns trabalhos acadêmicos (dissertações e artigos). Em seguida é apresentado o método da pesquisa, os resultados e discussões, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Financeira em documentos oficiais

A Educação Financeira no Brasil é aplicada de acordo com a legislação, inicialmente seguindo o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 que foi revogado pelo decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e dispõe sobre as suas competências e define as atribuições do órgão que o representa:

Art. 1º Ficam instituídos:

I - a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País; e

II - o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. (BRASIL, 2020).

O Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) é responsável por levar a educação financeira pelo país e é presidido pelo Banco central.

O FBEF foi responsável por estabelecer os princípios aplicados à ENEF:

- I. atuação permanente e em âmbito nacional;
 - II. prevalência do interesse público;
 - III. atuação por meio de informação, formação e orientação;
 - IV. formação de parcerias com órgãos ou entidades públicas e com instituições privadas;
 - V. avaliação e revisão das ações implementadas; e
 - VI. proibição de oferta de produtos e serviços nas ações de educação financeira.
- (Diário Oficial União, Ministério da Economia, Brasília, DF, 21 mai. 2021. Seção 3, p. 44).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sua elaboração está prevista na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Na Constituição de 1988 no art. 210, está presente da seguinte forma:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BRASIL, 1988).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação está presente da seguinte forma:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, **da economia** e dos educandos. (BRASIL, 1986, grifo nosso).

A BNCC divide os conteúdos programados em códigos, o primeiro par de letras indica a etapa de educação, os dois primeiros números indicam o grupo por faixa etária, o segundo par de letras indica o campo de experiência, o último par de números indica a habilidade na numeração sequencial (Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#estrutura>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2022), como por exemplo: EF04MA25, que se refere a 25ª habilidade proposta em matemática no quarto ano do ensino fundamental.

2.2 Histórico do Referencial Curricular do Estado de Rondônia

O processo de elaboração dos referenciais curriculares iniciou a partir da homologação da BNCC, em dezembro de 2017. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve direcionar os currículos dos sistemas, das redes de ensino das Unidades Federativas e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Sendo direcionados pelo Ministério da Educação – MEC, tal iniciativa partiu do pacto Interfederativo entre o Conselho Nacional de Secretarias de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e de outros atores relevantes, e teve por finalidade promover a integração das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, visando o bom desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

Através dessas iniciativas, a construção do Documento Curricular, direcionará na aprendizagem dos estudantes, os instruindo a terem controle financeiro, aprender a economizar e investir os seus recursos, aplicando em seu cotidiano o aprendizado ministrado pelos professores em sala de aula.

A elaboração do documento foi feita por uma equipe de coordenadores, redatores representados pelos entes federativos e outros autores para o processo de reelaboração do documento curricular do estado de Rondônia, os quais iniciaram seus trabalhos de análise e reflexão dos documentos existentes o referencial curricular do estado de Rondônia e os referenciais dos municípios de Porto Velho e Ji-Paraná.

2.3 A Educação Financeira em estudos que analisam as relações entre os documentos

Para elaborar o presente artigo foram analisados alguns artigos e dissertações, e com isso contactou-se a forma como as informações foram comparadas e abordadas pelos autores.

Ao analisar a Dissertação de Machado (2016) que abordou o tema educação Financeira no ensino fundamental II do Paraná: uma análise das diretrizes curriculares (MACHADO, 2016), verificou-se que ela faz um comparativo entre a ENEF e as diretrizes curriculares do estado do Paraná e obteve resultados que mostraram que o conteúdo proposto pelas diretrizes do estado do Paraná não mencionou ou referenciou a ENEF.

Com base no artigo de Cassio, Marco e Cileda: A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular (2019), observa-se que os autores fizeram uma pesquisa bibliográfica documental relacionando os PCNs e a BNCC e chegaram à conclusão de que a BNCC é um avanço para a educação financeira (GIORDANO; ASSIS; COUTINHO, 2019).

Segundo o artigo da Jéssica Ignácio e da Cláudia Regina sobre a História da Educação Financeira por Meio de uma Análise em Livros Didáticos, publicado em 2018 (SOUSA; FLORES, 2018) foram encontrados documentos que tratam da educação financeira em livros de matemática em meados da década de 1950 e 1960. Elas fizeram uma comparação de como a abordagem da educação financeira nas escolas mudou ao longo do tempo.

3 MÉTODO

Neste artigo realizou-se uma pesquisa qualitativa. Para Neves (1996) a pesquisa qualitativa está direcionada ao longo do seu desenvolvimento, buscando enumerar ou medir eventos e geralmente não emprega instrumento estatístico para análise de dados. Seu foco de interesse é amplo diferenciando-se da adotada pelos métodos quantitativos, nas pesquisas qualitativas, ou seja, enquanto a quantitativa não interpreta os números, a qualitativa visa compreender o fenômeno estudado.

Para atingir tal objetivo, utilizou-se de uma análise dos dados coletados no referencial curricular do estado de Rondônia (ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio). O referencial curricular teórico do estado de Rondônia do ensino fundamental, foi publicado em setembro de 2020, contendo 591 páginas. (RONDÔNIA, 2020).

Já o Referencial curricular teórico do estado de Rondônia do ensino médio, foi publicado no ano de 2013, contendo 214 páginas. Ele foi elaborado por Coordenadores Pedagógicos das Coordenadorias Regionais de Educação e Técnicos da SEDUC. (RONDÔNIA, 2013).

Nas buscas dos temas nos referenciais curriculares do estado de Rondônia foram adotadas as seguintes palavras chaves – “educação financeira”, “finanças”, “consumo e economia”. Realizou-se uma análise comparativa entre as Diretrizes Curriculares do Estado de Rondônia Com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), para verificar se o que está proposto nos Referenciais Curriculares do Estado de Rondônia dialoga com documentos

nacionais (BNCC e ENEF). Portanto, a análise consistiu em uma triangulação de dados e para Mathison (1988), no processo de triangulação utiliza-se de várias fontes de dados, confrontando-as, com o objetivo de averiguar se existem incoerências nas informações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise das diretrizes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia

No documento das Diretrizes Curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia afirma-se que ele foi construído tendo como referencial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018):

[...] A presente versão do Referencial Curricular do Estado de Rondônia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, está alinhada às propostas da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (RONDÔNIA, 2020, p. 2).

[...] O governo de Rondônia e demais Estados iniciaram o processo de (re) elaboração dos seus referenciais curriculares a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em dezembro de 2017 (RONDÔNIA, 2020, p. 14).

Se este documento orientador do Estado de Rondônia foi elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quais relações há entre eles?

De uma forma geral, a análise das diretrizes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia revelou que o tema Educação Financeira aparece nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Na disciplina de matemática os assuntos referentes a educação financeira são abordados no quarto, quinto e nono ano, distribuídos nos tópicos de grandezas e medidas (quarto ano), números (quinto ano) e álgebra (nono ano).

No quarto ano a educação financeira é abordada na unidade temática: grandezas e medidas, no objeto de conhecimento: cédulas e moedas da seguinte forma:

(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável. (RONDÔNIA, 2020, p.407).

No quinto ano é trabalhado na unidade temática: números, no objeto de conhecimento: cálculo de metade, da seguinte forma:

(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros. (RONDÔNIA, 2020, p.408).

Já no nono ano é abordado na unidade temática: álgebra, no objeto de conhecimento: porcentagens, da seguinte forma:

(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira. (RONDÔNIA, 2020, p.430).

Destaca-se quanto as unidades Curriculares (EF05MA06 e EF09MA05) das diretrizes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia acima citadas estão em consonância com as da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), ou seja, são as mesmas.

Além do Componente Curricular de Matemática, na disciplina de português encontrou-se nas diretrizes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia temas referentes a educação financeira nos conteúdos propostos do primeiro ao nono ano abrangendo temas do cotidiano e a interpretação dessas informações no cenário financeiro.

O conteúdo de língua portuguesa proposto para o quarto ano referente a educação financeira se encontra na unidade temática: leitura e escuta, no objeto de conhecimento: compreensão em leitura, da seguinte forma:

(EF04LP09) Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto. (RONDÔNIA, 2020, p.169).

Em outro ponto, a educação financeira aparece nos conteúdos propostos do sexto ao nono ano na unidade temática: leitura, no objeto de conhecimento: efeitos de sentido em diferentes gêneros textuais, da seguinte forma:

(EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguísticos discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes. (RONDÔNIA, 2020, p.186).

Estas duas unidades curriculares da disciplina de Português das diretrizes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia estão de acordo com a BNCC, basicamente são as mesmas.

Na disciplina de Geografia contida nas diretrizes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia foram encontrados temas que abordam a educação financeira nos meios de consumo, produção de riquezas e distribuição de renda nos conteúdos propostos para o sétimo ano abordando as diferenças econômicas e de bens de consumo entre a vida no campo e na cidade.

Os conteúdos propostos para os alunos do sétimo ano na disciplina de geografia referentes a educação financeira na unidade temática: modo de trabalho, no objeto de conhecimento: produção, circulação e consumo de mercadorias, da seguinte forma:

(EF07GE06) Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares. (RONDÔNIA, 2020, p.486).

Na disciplina de História encontrou-se também temas referentes a educação financeira nos conteúdos propostos para o terceiro ano abordando as diferenças econômicas e de bens de consumo entre a vida no campo e na cidade.

O conteúdo de História referente a educação financeira no terceiro ano se encontra na unidade temática: o lugar em que vive, no objeto de conhecimento: produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças da seguinte forma:

(EF03HI08) Identificar e caracterizar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado. (RONDÔNIA, 2020, p.507).

Esses foram os temas propostos para serem trabalhados e desenvolvidos nas escolas no ensino fundamental em relação à educação financeira do Estado de Rondônia.

A análise feita até aqui mostra que há relações entre as Diretrizes Curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia e a BNCC em algumas unidades curriculares. No entanto, constata-se que há unidades curriculares que só tem na BNCC, principalmente na disciplina de Matemática. É o caso das unidades abaixo:

(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros. (BRASIL, 2018).

(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros (BRASIL, 2018).

(EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros (BRASIL, 2018).

(EM13MAT503) Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos envolvendo superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros, com apoio de tecnologias digitais. (BRASIL, 2018).

(EM13MAT304) Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como o da Matemática Financeira, entre outros. (BRASIL, 2018).

Além das relações que há entre as Diretrizes Curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Rondônia e a BNCC, analisou-se as relações entre o documento estadual e os documentos da ENEF (BRASIL, 2020).

De uma maneira geral, o modelo proposto pela ENEF é dividido em dois âmbitos: Individual e social. No modelo individual o mesmo, toma as suas próprias decisões de forma equilibrada em relação ao consumo.

O âmbito individual é aquele em que o indivíduo é o centro do processo de tomada de decisão e exerce controle ativo sobre o equilíbrio de suas próprias práticas de consumo e poupança. Esta busca pelo equilíbrio pode ser representada pela imagem de uma balança, em cuja base se encontram a entrada de renda e as ações de planejamento e orçamento que são elaboradas na estreita conexão com tal entrada. (ENEF, 2017, p.15).

No âmbito social abrange os impactos da vida financeira e que não são controlados pelo indivíduo.

Os conteúdos abordados neste âmbito são de duas naturezas: as variáveis que impactam a vida financeira tanto do indivíduo como de comunidades, associações e demais organizações; e as instituições responsáveis pela fiscalização e regulação dos mercados onde o indivíduo e tais organizações estão inseridos. (ENEF, 2017, p.22 e 23).

Com base nas orientações pedagógicas para o ensino da educação financeira proposta pela ENEF fez-se um comparativo entre o que está sendo proposto e o que está sendo aplicado nos documentos oficiais.

Os temas relacionados a dimensão espacial estão sendo tratados da seguinte forma:

Tema 1 – Formar para a Cidadania: A proposta da ENEF para a Educação Financeira é tornar-se um dos componentes da formação para a cidadania e define ser cidadão como: ser responsabilmente ativo na sociedade, protagonizando a construção da democracia. (ENEF,2017, p.10).

Esse tema foi encontrado na disciplina de História no ensino fundamental na unidade curricular: (EF03HI08) ao abordar os diferentes meios de vida no campo e na cidade.

Tema 2 – Ensinar a Consumir e a Poupar de Modo Ético, Consciente e Responsável: Segundo a ENEF: O consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia, a questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. (ENEF,2017, p.11).

O tema consumo foi encontrado nas disciplinas de matemática, português e geografia nas unidades curriculares: (EF04MA25) ao enfatizar o consumo ético, consciente e responsável, (EF69LP04) ao analisar os efeitos de persuasão em textos publicitários com a finalidade de incentivar as práticas de consumo conscientes, (EF04LP09) ao analisar as medidas de consumo e (EF07GE06) ao abordar os impactos causados ao meio ambiente com a circulação e consumo de mercadorias.

Tema 3 – Oferecer Conceitos e Ferramentas para a Tomada de Decisão Autônoma Baseada em Mudança de Atitude: Segundo a ENEF: A compreensão da linguagem do mundo financeiro, através de um programa educativo, possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, independente. (ENEF, 2017, p.11).

Esse tema foi encontrado nas disciplinas de matemática e português e geografia nas unidades curriculares referentes ao tema anterior por abordarem a mesma proposta, (EF04MA25), (EF69LP04), (EF04LP09) e (EF07GE06).

Tema 4 – Formar Disseminadores: Segundo a proposta da ENEF o objetivo é: colaborar para uma formação mais crítica de crianças e jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida, bem como dos meios mais adequados para alcançá-los. (ENEF, 2017, p.12).

Esse tema pode ser abordado em todas as disciplinas em que a educação financeira é proposta, pois os estudantes acabam levando o conhecimento adquirido em cada disciplina para dentro de suas casas.

Os temas relacionados a dimensão temporal são abordados da seguinte forma:

Tema 1 - Ensinar a Planejar a Curto, Médio e Longo Prazos: a intenção da ENEF é conectar os distintos tempos, conferindo às ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro. (ENEF, 2017, p.13).

Esse tema foi encontrado nas disciplinas de geografia e história nas unidades curriculares (EF07GE06) ao medir os impactos causados pela produção, circulação e consumo de mercadorias em diferentes lugares e (EF03HI08) ao comparar os modos de vida no campo e na cidade no passado e no presente.

Tema 2 - Desenvolver a Cultura da Prevenção: Segundo a ENEF para garantir maior tranquilidade diante de imprevistos deve-se evitar desperdícios, guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos ou dispor de planos de previdência. (ENEF, 2017, p.13).

Esse tema foi encontrado nas disciplinas de matemática nas unidades curriculares: (EF04MA25) ao abordar temas sobre formas de pagamento com ênfase no consumo responsável, (EF09MA05) ao tratar de problemas que envolvam percentuais.

Tema 3 – Proporcionar Possibilidade de Mudança da Condição Atual: Segundo a ENEF os conteúdos propostos ajudam a superar e evitar dificuldades econômicas mais graves, podendo auxiliar o indivíduo a rever suas atitudes e sair da condição de endividamento. (ENEF, 2017, p.14).

Esse tema aborda os mesmos componentes curriculares do tema anterior, por terem propostas semelhantes.

Com base na análise entre os conteúdos programáticos da Educação Financeira proposta pela ENEF, os conteúdos contidos na BNCC e o Referencial curricular do estado de Rondônia do Ensino Fundamental evidenciado no Quadro 1, para melhor visualização dos dados encontrados.

Quadro 1. Relação entre os conteúdos programáticos da educação financeira proposta pela ENEF e os conteúdos propostos pela BNCC e entre o Referencial curricular do estado de Rondônia.

Temas	Base Comum Curricular (BNCC)	Referencial Curricular do Estado de Rondônia
-------	------------------------------	--

	Matemática	Geografia	História	Português	Matemática	Geografia	História	Português
Dimensão Espacial								
Formar para a Cidadania:			X				X	
Ensinar a Consumir e a Poupar de Modo Ético, Consciente e Responsável	X	X		X	X	X		X
Oferecer Conceitos e Ferramentas para a Tomada de Decisão Autônoma Baseada em Mudança de Atitude	X	X		X	X	X		X
Formar Disseminadores	X	X	X	X	X	X	X	X
Dimensão Temporal								
Ensinar a Planejar a Curto, Médio e Longo Prazos		X	X			X	X	
Desenvolver a Cultura da Prevenção	X				X			
Proporcionar Possibilidade de Mudança da Condição Atual	X				X			

Fonte: Autor (2022).

Com base nos dados evidenciados no quadro 1, observou-se que os conteúdos propostos pela ENEF são encontrados principalmente nas disciplinas de matemática, também se observa que o referencial curricular do estado de Rondônia para o ensino fundamental segue à risca as diretrizes da BNCC.

4.2 Análise das diretrizes curriculares do Ensino Médio do Estado de Rondônia

A análise das diretrizes curriculares do Ensino Médio do Estado de Rondônia mostrou-se que o tema Educação Financeira aparece nas disciplinas de Matemática, Geografia, História e de Língua Portuguesa.

Estas Diretrizes Curriculares foram também comparadas com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio. Segundo PCNs, a disciplina de geografia pode articular-se de forma interdisciplinar com a Economia e a História, quando tratar de questões ligadas aos processos de formação da divisão internacional do trabalho e formação de blocos econômicos.

Em Economia, os temas a serem abordados seriam: os fatores de produção, os agentes econômicos, os aspectos institucionais, a formação dos preços e os direitos do consumidor. Estes apontam os limites da economia de mercado e o papel do governo como agente regulador, mediante a provisão de serviços públicos e seu financiamento através de impostos e taxas, a emissão de moeda e a correção de desigualdades.

Em Geografia trabalha-se também a dimensão nacional e internacional da economia, abrangendo os agregados econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB), o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, as balanças comerciais e de pagamentos, o fenômeno da globalização, os diferentes sistemas econômicos e as crises internacionais. Poderiam ser incluídos alguns aspectos relativos à documentação comercial, fiscal e financeira, que são importantes para a compreensão do cotidiano, do mercado de trabalho e da gestão da vida pessoal, como os agentes econômicos, ou seja, as pessoas físicas e jurídicas; os documentos comerciais e fiscais, a exemplo dos contratos, ações, duplicatas, dentre outros. A movimentação financeira e bancária; e o papel dos juros na consideração dos pagamentos à vista ou a prazo.

No documento das Diretrizes Curriculares do Estado de Rondônia referente ao ensino médio não foram encontrados temas referentes a educação financeira para o 1º ano do ensino médio. A partir do 2º ano é introduzido na disciplina de matemática, assuntos relevantes para educação financeira.

No 2º ano é abordado na unidade temática; Números e Operações, no objeto de conhecimento: Porcentagens, Juros, Taxa e Capital, da seguinte forma:

Ler e interpretar textos de interesse científico e tecnológico; organizar o pensamento lógico-matemático; aplicar porcentagem na resolução de problemas; Determinar Juros Simples de um capital a uma dada taxa em determinado tempo; - Determinar juros compostos que rende um capital; - Resolver problemas que envolvam juros simples e compostos; utilizar software com recursos de matemática financeira. (RONDÔNIA, 2013, p.119).

No 3º ano é abordado na unidade temática: Tratamento da Informação, no objeto de conhecimento: Matemática Financeira; - Estatística: Medidas de Centralidade e Dispersão, da seguinte forma:

Aplicar os conceitos a temas da vida cotidiana, exemplificando com diferenças entre o que é cobrado à vista e a prazo, rendimento de investimentos, tributos, impostos etc. (RONDÔNIA, 2013, p.123).

Estas unidades curriculares das Diretrizes Curriculares do Estado de Rondônia referente ao ensino médio poderão sofrer alterações quando for implantado as novas Diretrizes, baseadas na BNCC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou como a educação financeira está presente nas Diretrizes Curriculares do ensino fundamental até o ensino médio do Estado de Rondônia, bem como, a relação entre estes documentos com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS).

Em Rondônia, até o momento existem as diretrizes curriculares apenas para o ensino fundamental e como não se tem as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio sendo referenciadas pela BNCC, o documento oficial do ensino médio analisado foi de 2013, o que impossibilita a comparação entre o documento nacional e o estadual. No entanto, foi feita uma comparação entre estas diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais, o que apontou para temas relacionados a Economia, tais como os agentes econômicos, os aspectos institucionais, a formação dos preços, crise econômica, globalização do sistema financeiro, entre outros.

Pode-se observar no decorrer deste artigo a importância de se trabalhar em sala de aula o tema educação financeira, levando o aluno a ter senso crítico, saber fazer planejamento e ter estratégias financeiras, aplicando o aprendizado em seu cotidiano e passando tais conhecimentos para os seus familiares, refletindo de forma positiva no futuro das pessoas, que passam a ter conhecimentos financeiros e tendem a administrar melhor o seu dinheiro.

Conforme analisado nos documentos utilizados para essa pesquisa, o tema educação financeira é trabalhado nas disciplinas de Matemática, História, Geografia e Língua Portuguesa. Pode-se constatar que na disciplina de matemática há mais ênfase na área financeira, pois é ensinado sobre taxa de juros, como elaborar e resolver problemas que envolvam compra, venda, forma de pagamento, porcentagens, juros simples e compostos. Tais abordagens aplicadas nessa disciplina são essenciais para o entendimento do aluno sobre como investir, aplicar e economizar seu dinheiro, diminuindo gastos supérfluos e minimizando as crises financeiras que atinge grande parte da população.

Como possibilidade de estudos futuros, indica-se a necessidade de comparar estes documentos com as diretrizes curriculares de outros estados.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/matematica-no-ensino-fundamental-anos-iniciais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/lingua-portuguesa-no-ensino-fundamental-anos-iniciais-praticas-de-linguagem-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/matematica-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades> > Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/geografia-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia-no-ensino-fundamental-anos-iniciais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades> > Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#estrutura>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados**, Brasília, 1988, v.58, p.90.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Instituiu a ENEF. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. seção 1, p. 7-8.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020**. Institui a ENEF. Diário Oficial União, Ministério da Economia, Brasília, DF, 21 mai. 2021. seção 3, p. 44.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Trabalho e Consumo**. Secretaria de

Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1986. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5473> Acesso em: 11 fev. 2022.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor. Brasília, 2017. Disponível em <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf> Acesso em 12 fev. 2022, p.15,17.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. S.; COUTINHO, C. Q. S. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. EM TEIA - **REVISTA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E TECNOLÓGICA IBEROAMERICANA**, v. 10, p. 1-20, 2019.

MACHADO, V. A. S. **Educação Financeira no Ensino Fundamental II do Paraná: Uma Análise das Diretrizes Curriculares**. Londrina, 2016.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2 sem. 1996.

RONDÔNIA. **Referencial Curricular do Estado de Rondônia Ensino Médio**. Secretaria de Estado da Educação, 2013.

RONDÔNIA. **Referencial Curricular do Estado de Rondônia: Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais**. Rondônia, 2020. Disponível em <<https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/referencial-curricular-do-estado-de-rondonia-ensino-fundamental-anos-iniciais-e-anos-finais/>> Acesso em 10 fev. 2022.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. **Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica**. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013.

SOUSA, J.I.; FLORES, C.R. Uma História da Educação Financeira na Escola por Meio de uma Análise em Livros Didáticos. **Revista de História da Educação Matemática**, Ano 4, nº3, 2018.